



“RECOLHENDO OS CACOS”: A TRAJETÓRIA DE JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS COMO CONSTRUTOR DE UMA ESCOLA MODELO PARA O TRABALHADOR (1915-1923).

Renno Allesy Veras de Senna Oliveira*

Resumo

Neste trabalho, serão expostos os resultados preliminares de uma pesquisa que se propõe analisar a trajetória de José Augusto Bezerra de Medeiros (1884-1971) em meio às campanhas pela instrução popular entre as décadas de 1910 e 1920. Em decorrência dessas campanhas, produziu obras, realizou discursos na Câmara dos Deputados, apresentou projetos a Comissão de Instrução Pública – integrou-a durante os seus dois primeiros mandatos como deputado federal (1915-1923) – e fez parte de movimentos educacionais. Além disso, a sua atuação como “militante educacional” fora amplamente repercutida na imprensa. No entanto, em nenhuma de suas produções ele elaborou um modelo acabado de escola correspondente às suas concepções educacionais: um ensino de caráter técnico-profissionalizante que preparasse o cidadão brasileiro para o trabalho moderno. Nesse sentido, a pesquisa persegue dois objetivos: investigar as sociabilidades e inserções que lhe permitiram se constituir como um defensor da educação popular e reconstituir a possível escola dispersa em meio à sua obra, pois nenhum projeto educacional está dissociado de uma preocupação com o espaço escolar. Entende-se que sua produção e, portanto, a provável escola presente nela, se encontra integrada às sociabilidades tecidas por ele. Para a análise, será utilizado o conceito de rede de funções, Norbert Elias (1994), no intuito de compreender como a família de José Augusto abriu-lhe a possibilidade de envolver-se com a educação. No tocante à metodologia, utilizar-se-á o método onomástico, Carlo Ginzburg (1989), para através do nome do personagem articular as redes de sociabilidades que lhe permitiram se constituir como educador. A categoria de intelectual pensada por Angela de Castro Gomes (1999) será necessária para compreender as relações de força que se precipitavam sobre a criação cultural no início do século XX no Brasil. Como fontes serão utilizadas a obra “Pela Educação Nacional (1918)”, escrita por José Augusto, recortes de jornais, mensagens dos presidentes do Rio Grande do Norte (1908-1914) e o programa de fundação da Liga do Ensino do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Trajetória; Escola; Trabalhador.

* Licenciado em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016). Aluno ingressante da PPGH da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017).

Introdução

O presente artigo tem como objetivo principal divulgar os resultados preliminares da pesquisa a respeito da trajetória de José Augusto Bezerra de Medeiros (1884-1971) nas campanhas pela defesa da educação popular nas décadas de 1910 e 1920¹. Como decorrência de sua atuação, escreveu obras, realizou discursos na Câmara dos Deputados, apresentou projetos a Comissão de Instrução Pública, da qual fizera parte durante os seus dois primeiros mandatos como deputado federal (1915-1923), e integrou movimentos educacionais. Essas atividades foram amplamente ventiladas pela imprensa da época.

Entretanto, em nenhuma de suas produções apresentou-se um modelo acabado de escola compatível com suas concepções educacionais: um ensino técnico-profissionalizante que formasse indivíduos aptos ao trabalho moderno, enformando a prosperidade futura da nação. Sabe-se que nenhum projeto educacional está dissociado de uma preocupação com o espaço escolar. Em alguma medida, os seus apontamentos para solucionar os problemas educacionais do país trazem consigo “fragmentos” de uma escola que garantisse a formação almejada por ele. Nesse sentido, a pesquisa tem como um dos seus objetivos principais a reconstituição desse espaço escolar disperso em meio a sua produção.

Sendo sua produção nesse período uma decorrência de seu envolvimento nas campanhas em defesa da instrução popular, ela está permeada por sociabilidades com outros indivíduos que partilhavam, em certa medida, das mesmas preocupações. Assim, recuperar essas sociabilidades é um caminho para compreender a sua obra. Além disso, essa recuperação também permite verificar o repertório mobilizado por ele para se constituir como um educador militante.

Para a configuração de algumas das variantes que lhe possibilitou a sua inserção no terreno da educação, será utilizado o conceito de rede de funções, Norbert Elias. Essas variantes dizem respeito à posição em que sua família estava na teia social, a formação que ela lhe proporcionou a partir disso e a margem de ação lhe fora aberta por ela. A trama familiar desemboca na abertura de um determinado campo de possibilidades que se precipita sobre o indivíduo, delimitando, em certa medida, a sua margem de liberdade de escolha (ELIAS, 1994: 21).

O mapeamento das sociabilidades que permearam o seu forjar enquanto educador militante se fará através do método onomástico proposto por Carlo Ginzburg. Através do nome do personagem, será

¹ A pesquisa recebe o mesmo título deste trabalho.

perseguido o seu trânsito em espaços que, de alguma maneira, contribuíram no processo de construção de si como “evangelista da educação popular”. A partir disso, formar-se-á o desenho das redes de relações sociais por ele tecidas (GINZBURG, 1989: 173-174).

Dada a inexistência da figura do educador especializado nas primeiras décadas do século XX no Brasil, alguns parâmetros delimitadores se fazem necessários para o uso da palavra neste trabalho. Serão entendidos como educadores aqueles indivíduos que, independente de sua formação, versaram sobre educação em suas produções e/ou integraram movimentos ou reformas educacionais no determinado período.

Além disso, eram homens integrados aos principais círculos político-familiares dos seus Estados. Dependiam das benesses oriundas deles para viabilizarem as suas produções. Essas benesses viam na forma de posições de destaque em jornais patrocinados pelo Estado, cargos na burocracia ou por meio de uma carreira política. Nesse sentido, a categorização de intelectual proposta por Angela de Castro Gomes fornece subsídios para compreender as linhas de força que se precipitavam sobre a criação cultural na Primeira República. A autora compreende o intelectual como um produtor de bens simbólicos ligado direta ou indiretamente a arena política (GOMES, 1999: 38).

Neste trabalho, as fontes que serão utilizadas são: o livro composto pelos discursos de José Augusto na Câmara dos Deputados no biênio de 1915-1917, o “Pela Educação Nacional” (1918), recortes de jornais, mensagens dos presidentes do Rio Grande do Norte (1908-1914) e o programa de fundação da Liga do Ensino do Rio Grande do Norte.

A família, a formação e a educação como uma possibilidade

José Augusto Bezerra de Medeiros nasceu no dia 22 de setembro de 1884, na Cidade do Príncipe, atual Caicó. Os seus pais, Manoel Augusto Bezerra de Araújo e Cândida Olindina de Medeiros, eram oriundos das principais famílias da região do Seridó norte-rio-grandense e que tinham preponderância no jogo político do Estado e do país. Apesar das benesses de terem nascido em uma família tradicional, os pais de José Augusto se viram em apuros em 1889. Isso ocorreu devido ao fechamento da Escola de Primeiras Letras de Caicó nesse mesmo ano devido à mudança de regime político. A escola que funcionava na casa de Manoel Augusto, sendo ele o professor de francês, fora fechada devido ser um estabelecimento regimentado pelo Império (ARAÚJO, 1998: 42). Era dela,

aparentemente, que a família obtinha os seus rendimentos. Levanta-se tal proposição a partir da mudança dos pais de José Augusto para Acari com o intento de morarem no sítio de Silvino Bezerra, pai de Manoel Augusto, após o ocorrido.

Nessa cidade, que ficava próximo de onde moraram, ele deu continuidade aos estudos elementares iniciados ainda na Escola de Primeiras Letras de Caicó, em 1889, concluindo-os em 1896. O pai de José Augusto, Manoel Augusto, até onde os dados obtidos permite dizer, desistiu do magistério após o fechamento da escola que comandava em Caicó. Aparentemente, decidiu construir uma carreira política, o que não era tão difícil no seu caso. Desempenhou as funções de intendente da cidade de Acari, 1896-1898, e de deputado estadual por dois mandatos, um no período de 1892-1894 e outro entre 1898-1900 (IBIDEM: 61).

Em 1897, José Augusto vai a Natal para realizar os estudos propedêuticos no único instituto de ensino secundário do Rio Grande do Norte naquele momento, o Atheneu-Norte-Rio-Grandense. Sendo ele, na época, apenas um jovem de treze anos de idade, necessitava que alguém o tutelasse em sua estadia na capital. Nesse sentido, José Augusto passa a morar com Manoel Dantas, seu tio. Este último fora, durante a década de 1890, Diretor Geral de Instrução Pública do Rio Grande do Norte – cargo equivalente a diretoria do Atheneu – lente de geografia do Atheneu e redator chefe do jornal “A República”, veículo de imprensa ligado ao Estado (IBIDEM: 62). Tornara-se tio de José Augusto após contrair matrimônio com a irmã de Manoel Augusto, de nome desconhecido até o momento pela pesquisa.

A ligação entre Manoel Dantas e a família de José Augusto não se restringiu aos laços matrimoniais. Em 1888, Manoel Dantas e Manoel Augusto participaram de uma comissão que trabalhou na libertação dos escravos antes do dia 13 de maio na região do Seridó norte-rio-grandense (IBIDEM: 53). Os dois eram homens que viviam sob o protetorado do coronel José Bernardo de Medeiros, avô materno de José Augusto. A candidatura de Manoel Augusto a deputado estadual teve amplamente o respaldo dele, além do suporte do seu pai. Além de pertencer à outra família importante no jogo político do Seridó, os Dantas, Manoel Dantas também era da família Medeiros, sendo parente do coronel José Bernardo. Este último chamou Manoel Dantas para ser redator chefe em dois jornais patrocinados por ele, “O Povo” (1889) e “O Estado” (1892).

É possível que as funções de redator chefe do jornal “A República”, de Diretor Geral de Instrução Pública e de lente de geografia no Atheneu Norte-Rio-Grandense, foram possibilitadas a Manoel

Dantas a partir de uma aproximação entre os grupos políticos de José Bernardo, de quem era correligionário, e de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (IBIDEM: 57-58). O círculo político formado em torno de Pedro Velho possuía, naquele momento, uma preponderância no jogo político do Estado, dependendo-se de associações a ele para conseguir alguma parte na divisão do poder. (IBIDEM: 55-56).

Dito isto, as obrigações advindas de laços parentais e o desejo de compensar favorecimentos políticos estiveram, em certa medida, na acolhida de Manoel Dantas ao seu sobrinho em Natal.

Quanto ao período em que estivera na Faculdade de Direito do Recife, os dados obtidos até o momento pela pesquisa apenas permitem realizar conjecturas sobre o papel de Manoel Dantas nesse episódio e apresentar algumas das atividades realizadas por José Augusto durante esse período.

Em um artigo, no ano de 1956, no Jornal do Comércio de Recife, afirmou que participou de muitos desses movimentos de rebeldia política durante os tempos da faculdade. Lembrara-se de um clube que participara junto de alguns nomes como: Trajano Chacon, João Barreto de Menezes, Carlos Pontes, Orris Soares, Telésforo de Almeida, entre outros. Segundo ele, o clube do qual participara fora um dos “precursores dos muitos movimentos regeneradores que desde aí têm surgido no país, abundantes, mas pouco férteis em resultados objetivos” (MEDEIROS, 1956 apud PEREIRA, 1982: 64-65).

Quanto aos indivíduos citados por José Augusto no artigo, ainda não se realizou uma investigação mais detalhada sobre eles. Para além do compadecimento com a sua juventude, no alto dos seus setenta e dois anos, o que se deseja reter através dessas informações era o teor das atividades políticas exercidas por ele nesse período da faculdade. Esse clube do qual participara fizera parte de uma “militância” sua contra as oligarquias na época da faculdade.

Durante essa sua militância, escrevera um manifesto a nação em apoio à candidatura de Lauro Sodré como presidente da República, em 1905. Um dos biógrafos de José Augusto, Nilo Pereira, recuperou um trecho desse manifesto:

Considerando mais que o único homem público brasileiro que, no atual momento histórico, sintetiza as ideias e as aspirações do país é o Sr. Senador Lauro Sodré, por isso que tem sido parte grande em todas as nossas conquistas liberais, como abolição, carta de alforria do homem brasileiro do jugo dos senhores feudais, e a proclamação da República, carta de alforria do homem brasileiro do jugo bragantino, e é ainda parte máxima na revisão

constitucional, carta de alforria que será da república brasileira do jugo dos falsos democratas (MEDEIROS, 1905 apud PEREIRA, 1982: 67).

Para o José Augusto dos tempos da faculdade, o único meio de extirpar o mal das oligarquias da política brasileira era através de uma revisão constitucional. Só alguém que “emanava” as virtudes do republicanismo – a seu ver, Lauro Sodré – poderia levar a cabo o determinado empreendimento de combater as fraudes eleitorais e trazer ao país uma democracia depurada.

A ideia da necessidade de uma revisão constitucional já era defendida por ele desde 1903. Nesse ano, escreveu uma série de artigos para o jornal “A República” versando sobre o assunto, apontando que mudanças na carta constitucional iriam tolher as violações cometidas tanto por entes da União quanto das federações (ARAÚJO, op. cit: 66). Sobre o que seriam essas mudanças efetivamente, não há dados que permitam explanar o quadro. Entretanto, os resultados que se tem em mãos possibilitam continuar perseguindo o objetivo de analisar como a família de José Augusto conseguiu lhe oferecer uma determinada formação e uma margem de possibilidades na vida adulta.

O convite para que José Augusto escrevesse a série de artigos, intitulada de “Cartas do Recife”, viera de Manoel Dantas, redator chefe do “A República”. Pode-se especular que a escrita desses artigos lhe forneceu alguma renda que o ajudara a se manter, de alguma forma, na capital pernambucana. Evidentemente, se caso essa renda fosse uma realidade, que essa ajuda não passaria de um “adensamento” no montante mobilizado para ampará-lo durante o período da faculdade.

Em 1905, quando concluídos os seus estudos no Recife, retorna a Natal para morar novamente com Manoel Dantas. É provável que a escolha de morar com o tio em Natal, ao invés de ir para o sítio do avô em Acari, deu-se pelas possibilidades que a capital e, particularmente, o parente poderiam oferecer. Manoel Dantas, por ser redator chefe do principal jornal do Estado, tinha uma rede de sociabilidades com os principais políticos/intelectuais do Rio Grande do Norte que circulavam em sua redação. Essas mesmas sociabilidades eram estendidas para reuniões intelectuais que organizava em sua residência (IBIDEM: 67).

A partir dessa rede em que seu tio estava inserido, José Augusto poderia ser agraciado com algum cargo na burocracia estatal ou desempenhar o magistério no Atheneu – espaço onde Manoel Dantas tinha certo prestígio por ter sido, na década passada, diretor da instituição. Além disso, o seu tio comandava o único escritório de advocacia de Natal, que funcionava na própria redação do jornal

“A República”. Figurava-se, desse modo, a possibilidade dele desempenhar atividades enquanto advogado.

Nesse momento, José Augusto teve diante de si uma margem de possibilidades que lhe fora aberta a partir dos enredos em que sua família se inseriu e criou. Com isso, fora-lhe garantido um ponto de partida para se lançar na teia das relações humanas, criando novas tessituras através do que lhe fora legado (ELIAS, 1994: 21).

O magistério e a inserção na Liga do Ensino do Rio Grande do Norte (1911)

Sendo assim, em abril de 1906, José Augusto assume interinamente a cadeira de história geral do Atheneu Norte-Rio-Grandense. Passou também a trabalhar no escritório de advocacia de Manoel Dantas. A indicação para o cargo temporário de lente de história geral do Atheneu veio por meio do governador da época, Augusto Tavares de Lyra, primo e genro de Pedro Velho Albuquerque Maranhão, a quem Manoel Dantas estava ligado naquele momento (ARAÚJO op. cit: 67).

No ano de 1907, recebe um convite do mesmo Tavares de Lyra, que na ocasião era Ministro da Justiça e Negócios Interiores do mandato de Afonso Pena, para ser inspetor do Colégio Abílio Borges, no Distrito Federal. Não se encontrou até o momento algo que pudesse explicar minimamente a escolha de José Augusto de ir para o Rio de Janeiro na oportunidade. Entretanto, duas possibilidades para o episódio podem ser levantadas: o fim do contrato temporário com o Atheneu e, a partir disso, ser a oportunidade de trabalhar no Colégio Abílio Borges a melhor dentre as que estavam a sua disposição.

A sua passagem pela capital federal fora breve, retornara a Natal no ano seguinte. Aparentemente, os horizontes de oportunidades na capital do Rio Grande do Norte tornaram-se mais ampliados para ele em 1908. Isso se dava pelo fato de Alberto Maranhão ter se tornado governador do Estado pela segunda vez. Dos homens que integravam o círculo político em torno de Pedro Velho, Alberto Maranhão era um dos mais próximos de Manoel Dantas. Além de compartilhar a convivência em espaços institucionais, a ampliava em reuniões intelectuais na cidade. Eles participavam de uma reunião que acontecia na Rua Nova, atual Avenida Rio Branco de Natal, na casa de Urbano Hermilo, para discutir sobre artes (NETO, 2016: 34). Apesar de não ter uma lista maior com os

nomes que participavam das reuniões na casa de Manoel Dantas, anteriormente mencionada, é muito provável que integrando elas estava Alberto Maranhão.

O fato é que Manoel Dantas tornou-se o Secretário Geral do Governo no segundo mandato de Alberto Maranhão (MSG. DO PRESIDENTE ALBERTO MARANHÃO, 1908: 5). Em abril de 1908, um mês depois da posse de Manoel Dantas como Secretário Geral do Governo, José Augusto tornou-se lente de geografia e de história geral do Atheneu (ARAÚJO op. cit: 69). Possivelmente, o seu tio se afastara da cadeira de geografia do Atheneu devido as suas novas funções. Quanto à cadeira de história geral, ocupada por José Augusto anteriormente em caráter interino, ela pertencia ao padre Calazans Pinheiro, mas não se sabe ainda os desdobramentos de seu afastamento dela em 1908.

Com um ano ou um pouco menos que isso sendo professor efetivo do Atheneu, José Augusto tornou-se diretor interino da instituição, cargo equivalente ao de Diretor Geral de Instrução Pública. Na ocasião, substituíra Francisco Pinto de Abreu, um dos principais nomes envolvidos nas reformas educacionais do Rio Grande do Norte entre 1908-1913. No tempo em que esteve no cargo, cumpriu apenas alguns compromissos previstos na agenda, como a inauguração de grupos escolares no interior do Estado (IBIDEM: 71). Contudo, o fato de José Augusto ocupar esse cargo, ainda que interinamente, há um ano apenas como professor efetivo da instituição, chama atenção. A sua escolha, em detrimento de nomes com mais tempo de casa e com um maior prestígio do que o seu nesse espaço, pode ser analisada a luz de algumas sociabilidades.

Francisco Pinto de Abreu participava também das reuniões do Cantão da Rua Nova junto de Manoel Dantas. Além disso, desempenhava funções como jornalista (NETO op. cit: 34). Sendo ele um homem próximo a Alberto Maranhão, é bem provável que escrevia para o jornal “A República”, compartilhando sociabilidades com Manoel Dantas no espaço da redação. Pode-se conjecturar que a somatória da influência de Manoel Dantas diante de Alberto Maranhão e a certa proximidade com Pinto de Abreu foram partes integrantes do enredo que levou José Augusto a ser diretor interino do Atheneu e da instrução pública do Estado.

Durante sua segunda passagem pelo Atheneu como docente – 1908-1912 – José Augusto presenciou os andamentos das reformas educacionais que ocorriam no Rio Grande do Norte naquele momento. Como já posto no texto, os cargos de diretor do Atheneu e de instrução pública eram equivalentes. Assim, era a partir do espaço da diretoria do Atheneu que se inquiria, delimitava e

reformava a educação do Estado. Sendo diretor da instituição em duas ocasiões – 1909 e 1912 – José Augusto deveria transitar com certa frequência no determinado espaço e, por certo, participara dos encaminhamentos ali tomados. Uma breve apresentação sobre o conteúdo das reformas faz-se necessário para compreender as ideias compartilhadas e empreendidas pelos educadores a frente do processo.

Dentre as principais medidas tomadas durante as reformas, no tocante aos níveis elementares e suas continuidades, estiveram: a organização do ensino primário através da implantação dos grupos escolares, reestruturação regimental e metodológica do ensino normal e a criação de escolas técnicas e profissionalizantes. Em 1911, o Atheneu passara por uma reformulação do seu currículo e do seu regimento, encerrando o ensino secundário para oferecer um curso geral de caráter profissionalizante (MSG. DO PRESIDENTE ALBERTO MARANHÃO, 1911: 9). Além disso, extinguiu-se o diploma de conclusão de curso. A reformulação ocorrida no Atheneu deu-se a partir do decreto nº 250 de 3 de julho de 1911. Este decreto era uma espécie de complemento estadual à reforma Rivadávia Correa (1911), que extinguiu o diploma de conclusão do secundário como requisito para prestar o exame vestibular (DECRETO 8.659 DE 5 DE ABRIL DE 1911). Sendo assim, segundo o governador Alberto Maranhão, não havia necessidade de permanecer com um ensino que preparava somente para o ingresso nas instituições de ensino superior, fomentando a formação restrita de bacharéis. Nesses termos, urgia a estruturação de um curso que preparasse para as diferentes carreiras e profissões, sem o privilégio do diploma (MSG. DO PRESIDENTE ALBERTO MARANHÃO, 1911: 9).

Ainda nas palavras de Alberto Maranhão, essa série de reformas, decorridas desde 1908, estavam fazendo tábula rasa do velho sistema escolar do Estado. Agora, oferecia-lhe feições modernas e, portanto, bases firmes para o desenvolvimento da instrução pública norte-rio-grandense (IBIDEM: 7). O mote presente no discurso do governador era compartilhado pelos homens envolvidos na elaboração das ditas reformas. A desordem em que se encontrava a educação, legada pelo outro regime, era varrida. Colocava-se o orgânico e o sólido através do novo, do moderno (BERMAN, 2007: 24).

Além de se encontrar inserido em um espaço onde era confabulado o novo sistema de ensino norte-rio-grandense, José Augusto fizera parte de um movimento educacional que era parte integrante desse furor modernizante: a Liga do Ensino.

Fundada no dia 23 de julho de 1911, a Liga do Ensino, como era comumente chamada na época, tinha como principal objetivo o desenvolvimento da educação feminina no país. O movimento acreditava ser a mulher a base para uma regeneração social do país, pois é ela que iria cuidar do homem de amanhã (SOUZA, 2011: 20). Para isso, exigiam-se métodos científicos para que o instinto materno, tido como algo intrínseco a natureza feminina, fosse otimizado nessa tarefa social (IBIDEM: 21). Nesse sentido, a construção de uma escola doméstica, vazada nos moldes das que foram criadas pelos povos cultos, fazia-se necessária (IBIDEM: 109-110).

A Liga, bem como o projeto de uma escola doméstica, fora idealizada por Henrique Castriciano de Souza, que ficara encantado com os resultados apresentados pela *École Menagère* de Friburgo, na Suíça, durante sua passagem pelo país em 1909 (IBIDEM: 6-7). Apesar de ter como objetivo principal o desenvolvimento da instrução da mulher, almejava também outros empreendimentos no tocante a educação técnica e profissionalizante, em parceria com o Estado e outros setores da sociedade (IBIDEM: 110).

Henrique Castriciano era homem próximo do governador Alberto Maranhão. A sua viagem para Europa, em 1909, fora propiciada pelos dividendos obtidos de sua função como procurador do Estado, possibilitada pelo chefe do executivo naquele momento (NETO op. cit: 73). Com relações de compadrio político desde 1891 (IBIDEM: 27-28), Castriciano teve o seu projeto da Liga do Ensino e da construção da escola doméstica endossado por Alberto Maranhão. Em 1912, a escola doméstica já caminhava a largos passos para deixar de ser um projeto e tornar-se realidade. O governo cedera o terreno e subsídios para sua construção (MSG. DO PRESIDENTE ALBERTO MARANHÃO, 1912: 8).

José Augusto integrou o primeiro conselho eleito da Liga do Ensino, ocupando a função de bibliotecário (MSG. DO PRESIDENTE ALBERTO MARANHÃO, 1911: 8). Não se tem a informação se fora cobrada dos primeiros sócios efetivos, os únicos aptos ao pleito do conselho administrativo (SOUZA op. cit: 116), a joia de entrada estipulada pelo programa do movimento. Caso não tenha ocorrido, o que é bastante provável, pois os estatutos da associação só foram aprovados somente na primeira assembleia geral (MSG. DO PRESIDENTE ALBERTO MARANHÃO, 1911: 8), a inserção de José Augusto na fundação da agremiação pode ser pensada a partir de duas possibilidades. A primeira diz respeito à influência de Manoel Dantas junto a Alberto Maranhão. Este último designou a comissão organizadora dos trabalhos preliminares da Liga (SOUZA op. cit: 56) e presidiu a eleição do primeiro conselho administrativo (MSG. DO

PRESIDENTE ALBERTO MARANHÃO, 1911: 8). A segunda é que as relações entre Manoel Dantas e Henrique Castriciano, tecidas desde a década de 1890 na redação do jornal “A República” (NETO op. cit: 28), possa ter contribuindo de alguma maneira, seja proporcionando uma amizade entre Castriciano e José Augusto ou pela via da influência sobre alguém que se tinha uma certa proximidade.

Provavelmente, José Augusto permaneceu na função de bibliotecário da Liga não mais que um ano. Em 1912, ele fora indicado por Alberto Maranhão para se tornar juiz da comarca de Caicó, ausentando-se da capital e com um cargo que demandava boa parte do seu tempo. Assim, a possibilidade dele não ter composto o conselho eleito em 1912, as eleições eram anuais, pode ser considerada. Ainda sobre sua função de bibliotecário, destacam-se as atividades que lhe eram requeridas. Entre elas: corresponder-se com outras bibliotecas, redações de jornais e revistas, autores e livrarias, para a aquisição de livros e publicações. Devia-se também organizar a biblioteca da sede da Liga e auxiliar na organização das bibliotecas das filiais municipais (SOUZA op. cit: 123). Se caso ele tenha chegado a desempenhar a função, tais atividades não seriam dificuldades maiores. A rede de contatos que Manoel Dantas deveria possuir no mundo editorial, cumulada durante sua trajetória em editorias de jornais, poderia facilitar as suas tarefas. Além disso, levando em conta a possibilidade colocada, José Augusto pode ter incorporado em seu repertório muitas das obras que passaram possivelmente pelas suas mãos. Infelizmente, não se tem dados que permitam identificar as obras que ele teve contato durante suas possíveis atividades como bibliotecário, o que possibilitaria um quadro comparativo com as referências apontadas por ele durante seus discursos como deputado federal.

No entanto, a sua relação com a Liga do Ensino não se encerrara em 1912. Em 1914, a Escola Doméstica de Natal, a obra idealizada por Castriciano, fora inaugurada. Na ocasião, José Augusto aparece como um dos signatários da ata inaugural (NETO op. cit: 94). Ocupava nesse momento o cargo de Secretário Geral do Governo, no mandato de Joaquim Ferreira Chaves (MSG. DO PRESIDENTE FERREIRA CHAVES, 1914: 7). Possivelmente, estivera na cerimônia de inauguração apenas como um cumprimento de sua agenda. No entanto, vincular o seu nome ao determinado estabelecimento, tornava-se um capital importante em sua trajetória política-educacional.

Em 1914, Ferreira Chaves assumiu o cargo de governador graças a uma articulação com José Augusto e Juvenal Lamartine, antigo correligionário do coronel José Bernardo, junto ao general

José Gomes Pinheiro Machado. Pinheiro Machado era homem próximo ao presidente da república daquele momento, Hermes da Fonseca. Ele era a peça chave para dissipar a campanha salvacionista do Rio Grande do Norte, comandada pelo capitão José da Penha (ARAÚJO op. cit: 75). Como eles poderiam exercer influência junto a Pinheiro Machado?

É possível que o apelo tenha vindo através da memória do coronel José Bernardo, falecido em 1907, com quem Pinheiro Machado mantivera relações próximas durante o período em que foram coetâneos no Senado (IBIDEM: 76). Obviamente que houve outras circunstâncias, mas o fato é que Hermes da Fonseca retira a candidatura do seu filho, Leônidas Hermes da Fonseca, ao governo do Rio Grande do Norte, dissipando a campanha em prol de sua eleição empreendida por José da Penha (IBIDEM: 76). Alberto Maranhão ainda tentou uma articulação com Tavares de Lyra, senador em 1913, junto a Pinheiro Machado para manter algum correligionário seu no poder na eleição vindoura, mas não obtivera êxito (IBIDEM: 77).

Colocando-se em oposição ao círculo político articulado por Alberto Maranhão e procurando se afirmar, Joaquim Ferreira Chaves buscou criar uma narrativa em torno da construção da Escola Doméstica de Natal. Apesar de a obra ter se iniciado no mandato anterior, ele teve de reconstruir o prédio da escola, dotando-a do que era necessário para não retardar ainda mais a sua inauguração (MSG. DO PRESIDENTE FERREIRA CHAVES, 1914: 20). Buscava-se por parte do novo governador uma parcela – de preferência, grande – no pomposo empreendimento educacional moderno e desqualificar, em certa medida, a parte que cabia ao outro mandato.

A entrada na Câmara dos Deputados e o “surgimento” de um educador

No dia 7 de abril de 1915, José Augusto tivera o seu diploma reconhecido pela Câmara e tornou-se, efetivamente, deputado federal. Fora o deputado do Rio Grande do Norte mais votado, recebera 8.079 votos. Compusera a bancada norte-rio-grandense ao lado de Juvenal Lamartine, seu correligionário, de Alberto Maranhão — agora, seu desafeto político — e de Afonso Barata (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 30 DE ABRIL DE 1915). Os dados obtidos referentes ao momento de sua candidatura a deputado federal só permitem ir até aí. Dada a incipiência, conjecturas mais profundas não serão possíveis. Quanto as suas atividades nesse primeiro ano de parlamento, o quadro é um pouco mais alentador.

Logo em 1915, José Augusto passara a integrar as reuniões da Comissão de Instrução Pública. Acompanhava-se naquele momento os andamentos da reforma nacional do ensino, nomeada de Reforma Carlos Maximiliano. Ainda nesse mesmo ano, tentou apresentar um substitutivo ao referido projeto de reforma que se encontrava em discussão na Câmara. O intento não se materializou devido ele ter observado que a posição da casa era totalmente contrária a sua, o que iria acarretar a sua não aprovação (MEDEIROS, 1918: 3). E disse mais: o substitutivo iria consubstanciar ideias e doutrinas que ele já havia firmado há tempos (IBIDEM: 3).

Apesar de não apresentar o substitutivo, não deixou de expor os motivos de sua contrariedade ao projeto. Fizera isso em seu primeiro e delongado discurso, que teve de ser dividido em dois dias, 5 e 6 de outubro de 1915. O primeiro ponto de discordância fora sobre o regime de oficialidade do diploma de conclusão do ensino secundário. Retomava-se no projeto o requisito de que o exame vestibular só seria prestado por aqueles que obtivessem diplomas de conclusão do ensino secundário em estabelecimentos oficiais ou a eles equiparados (DECRETO N° 11.530 DE 18 DE MARÇO DE 1915).

Para José Augusto, isso era nocivo a qualidade do ensino e a liberdade de concorrência entre os estabelecimentos escolares. As escolas que não possuíssem a prerrogativa de expedir o diploma oficial estariam alijadas da concorrência, afunilando o comércio do ensino a um número restrito de instituições. Consequentemente, os estabelecimentos que possuíam o monopólio do diploma não iriam se preocupar com a qualidade do ensino prestado, apenas garantiriam o seu prestígio por meio da expedição do documento (MEDEIROS op. cit: 6-7). Para adensar a sua crítica ao que chamava de “oficialização da educação”, apontou que foram feitas sucessivas reformas no regime republicano no sentido de uma centralização da educação. A única exceção positiva a esse quadro fora a Reforma Rivadávia Correa, de 1911 (IBIDEM: 11). Em sua opinião, a abolição do diploma fazia-se necessário em uma reforma que visasse de fato atacar os problemas educacionais brasileiros.

Outro ponto conflitante entre as concepções de José Augusto e o projeto eram as modalidades de ensino que seriam contempladas pela reforma. Para ele, atender exclusivamente aos níveis secundário e superior, como era proposto, seria um reforço a um ensino oligárquico, formador dos filhos das elites para o ingresso na burocracia. Ao invés de endossar uma educação que não prepara o homem para vida e para produtividade, o investimento em uma educação popular técnica e profissionalizante se fazia um dever aos legisladores para fornecer bases à construção de um país

próspero (IBIDEM: 23-24). Desse modo, a educação deveria englobar o conjunto da sociedade, não apenas uma parcela dela.

A discórdia persistia no que diz respeito às funções do Estado na obra educacional. Diferentemente do encaminhamento tomado pelos legisladores, o da centralização do ensino, ele apelava para uma ingerência indireta do Estado em matéria de instrução. Essa disposição traria, ao menos, três benefícios.

A primeira seria uma diminuição nos gastos públicos. Tendo a União apenas o papel de subvencionar a iniciativa privada na criação e manutenção de instituições, ela não se imiscuiria com despesas referentes a ordenado e contratação de professores, reparos nas escolas e outras “questões miúdas” (IBIDEM: 15). Decorrente disso, o Estado faria surgir a iniciativa privada em matéria de educação (IBIDEM: 16). A partir daí a qualidade do ensino iria desenvolver por conta das condições que a iniciativa privada enquadraria o trabalho do professor. Dependendo de suas qualidades para manter-se no emprego, o professor seria zeloso com os alunos que estariam sob seu resguardo, diferentemente do comportamento negligente do professor público (IBIDEM: 15).

Para fortalecer o seu argumento da funcionalidade da ingerência indireta do Estado na educação, o deputado utilizara o exemplo da Escola Doméstica de Natal. Segundo ele, a escola era fruto da cooperação entre a iniciativa particular de Henrique Castriciano e o Estado, que agira de forma indireta (IBIDEM: 49). Na escola, estudavam as filhas das famílias mais distintas do Rio Grande do Norte e que, em menos de um ano de existência, já obtivera o mais duradouros dos êxitos que era inserir a mulher no patrimônio geral da sociedade (IBIDEM: 50). Finalizando, ele coloca a seguinte proposição: “por que a União não segue o exemplo do pequeno Estado do Norte, amparando o desenvolvimento da educação feminina em parceria com a iniciativa particular?” (IBIDEM: 50).

Palavras finais

Seja de maneira indireta, defendendo a disposição da Reforma Rivadávia Correa, ou de maneira direta, apresentando a empreitada da Escola Doméstica como exemplo para a organização nacional do ensino, José Augusto utilizou-se de suas sociabilidades tecidas no Atheneu e na Liga do Ensino. Independente do seu grau de envolvimento ou de destaque nos espaços mencionados, o fato é que ele, de alguma maneira, recortou o material histórico que estava diante de si para construir-se como

um defensor da educação popular logo em seu discurso de estreia na Câmara (GINZBURG, 2006: 20-21). Evidentemente que essas experiências não constituíram o todo da sua expressão individual e nem a conformou. Houve um processo de uso da rede de símbolos produzida em meio ao processo de modernização do sistema educacional do Rio Grande do Norte que permearam, junto de inúmeras outras variáveis advindas de outras relações sociais, a composição do seu estilo como educador.

Percebe-se também que os fragmentos do espaço escolar que se busca reconstituir em meio a sua produção se fazem presentes e integradas as suas relações sociais. A escola sem diploma, apenas preocupada com a qualidade do ensino, comandada pela iniciativa privada a partir da “cooperação” do Estado e com um professor na corda bamba entre estar desempregado ou empregado, não é somente uma obra que surgira de reflexões e posicionamentos individuais em exclusivo, mas sim, um projeto de sociedade articulado por homens que compartilharam, mais ou menos, de uma sensibilidade ideológica comum (SIRINELLI, 2003: 248). Esses homens, para estarem licenciados a falar sobre educação, estiveram inseridos nas tramas do jogo político da Primeira República (GOMES op. cit: 38).

A entrada de José Augusto nesse círculo de homens aptos a pensar a educação só fora possível graças à posição distinta que sua família se encontrava na trama social. Um leque de possibilidades advindas das relações que ela teceu ou se inseriu fora utilizado para que seu componente tivesse uma determinada formação que o distinguisse socialmente. Na entrada da vida adulta, a certa preponderância da família na arena da política possibilitou o primeiro emprego: um cargo de professor secundário. A partir desse “capital” que lhe fora legado, procurou criar as suas próprias tramas, iniciando o “seu próprio caminhar” na teia das relações humanas (ELIAS op. cit: 27).

O uso do termo popular pelo personagem, bem como pelos indivíduos com os quais se relacionou nas arenas da educação e da política, merece atenção. Percebeu-se que a palavra popular significava uma distinção entre os direcionadores e produtores da cultura – uma cultura do trabalho moderno – e aqueles que seriam agraciados com as benesses que vinham do alto, os não produtores (CERTEAU, 2014: 39). A intenção do não consubstanciado substitutivo de José Augusto era, como já foi exposto, englobar uma grande parte da população, não apenas dirigir-se a algumas parcelas.

Referências bibliográficas

Fontes

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto n° 11.530 de 18 de março de 1915**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>> Acesso em: 15 de ago. 2017.

Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1915.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. Recordando a minha velha Faculdade. **Jornal do Commercio**, Recife, 7 de jan. 1956. In: PEREIRA, Nilo. José Augusto Bezerra de Medeiros: um democrata. Natal: Fundação José Augusto, 1982. pp. 64-65.

———. Manifesto a Nação Brasileira. **Jornal Pequeno**, Recife, 26 de mai. 1905. In: PEREIRA, Nilo. José Augusto Bezerra de Medeiros: um democrata. Natal: Fundação José Augusto, 1982. P-67.

———. **Pela educação nacional**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1918.

Mensagem do presidente Alberto Maranhão. Rio Grande do Norte, 1 de novembro de 1908.

———. Rio Grande do Norte, 1 de novembro de 1911.

———. Rio Grande do Norte, 1 de novembro de 1912.

Mensagem do presidente Joaquim Ferreira Chaves. Rio Grande do Norte, 1 de novembro de 1914.

SENADO FEDERAL. **Decreto n° 8.659 de 5 de abril de 1911**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%208659%20-%201911%20lei%20org%20nica%20rivad%20via%20correia.htm> Acesso em: 15 de ago. 2017.

SOUZA, Henrique Castriciano de. **Conferência: Educação da mulher no Brasil**. Natal: Sebo Vermelho, 2011.

Bibliografia

ARAÚJO, Marta Maria de. **José Augusto Bezerra de Medeiros: político e educador militante**. Natal: EDUFRN, 1998.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 22. ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014. 1 v.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1994.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: Troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Enrico. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. pp. 170-178.

———. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

SIRINELLI, Jean-françois. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2003. pp. 231-262.